



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 1.785,00

## S U M Á R I O

### Presidente da República

**Decreto Presidencial n.º 187/24 ..... 9596**

Aprova o Regime de Organização e Funcionamento do Cerimonial da Presidência da República. — Revoga o artigo 29.º do Decreto Presidencial n.º 18/18, de 25 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico da Casa Civil e da Secretaria Geral do Presidente da República, a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º e o artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 230/22, de 22 de Setembro, que aprova o Regime de Organização e Funcionamento dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República.

**Decreto Presidencial n.º 188/24 ..... 9606**

Estabelece as regras e os procedimentos relativos à configuração, atribuição, transmissão e extinção do Número de Identificação Predial, abreviadamente designado por «NIP», bem como os Modelos de Certidão, de Inscrição e de Alteração de Dados Cadastrais dos Prédios Urbanos e Rústicos.

**Decreto Presidencial n.º 189/24 ..... 9619**

Estabelece os princípios e as regras fundamentais a observar no registo de instalações de armazenagem aplicáveis a todas as instalações de armazenagem existentes em todo o território nacional. — Revoga toda as disposições que contrariem o disposto no presente Decreto Presidencial.

**Despacho Presidencial n.º 193/24 ..... 9625**

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, para a Aquisição de Serviços de Subscrição e Suporte das Licenças do *Software* da *Crowdstrike*, e delega competência ao Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do Procedimento, verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido Procedimento, incluindo a celebração e a assinatura do Contrato.

### Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Decreto executivo n.º 164/24 ..... 9626**

Cria o Curso de Mestrado em Ciências Biomédicas, na Universidade Privada de Angola, que confere o grau académico de Mestre, e aprova o seu Plano de Estudos.

**Decreto Executivo n.º 165/24 ..... 9631**

Cria o Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense, na Universidade Privada de Angola, que confere o grau académico de Mestre, e aprova o seu Plano de Estudos.

# MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

## Decreto Executivo n.º 165/24 de 22 de Agosto

Considerando que a Universidade Privada de Angola, criada pelo Decreto n.º 28/07, de 7 de Maio, está vocacionada para ministrar cursos de formação graduada e pós-graduada, nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro;

Considerando que, após apreciação do processo documental inerente à criação de cursos de pós-graduação e vistoria às instalações da Universidade Privada de Angola, constatou-se que esta Instituição Privada de Ensino Superior preenche os pressupostos legais para que nela seja, formalmente, criado o Curso de Mestrado, nos termos do Decreto Executivo n.º 337/22, de 10 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e com a alínea e) do artigo 19.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro, determino:

### ARTIGO 1.º (Criação do curso)

É criado o Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense, na Universidade Privada de Angola, que confere o grau académico de Mestre.

### ARTIGO 2.º (Aprovação do Plano de Estudos)

- É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense, constante do anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.
- O Plano de Estudos referido no número anterior é realizado num total de 1.800 horas de actividades curriculares, equivalente a 120 Unidades de Crédito, durante um ciclo de formação de 2 anos.

### ARTIGO 3.º (Corpo docente)

O Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade, com o grau académico de Doutor, de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

## ARTIGO 4.º

**(Perfil de entrada)**

1. Os candidatos ao Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense devem possuir uma Licenciatura em Gestão e Contabilidade, em Contabilidade e Auditoria, em Contabilidade e Finanças, em Direito ou em áreas afins, com média igual ou superior a 14 valores.

2. Os candidatos que não preencham o perfil referido no n.º 1 do presente artigo podem inscrever-se no Curso de Mestrado desde que aprovem no exame de acesso e apresentem um projecto de investigação alinhado com o respectivo plano de estudos, aprovado pelo presente Decreto Executivo.

## ARTIGO 5.º

**(Concessão do grau de Mestre)**

A concessão do grau académico de Mestre em Auditoria Jurídico-Forense pressupõe:

- a) A frequência e a aprovação nas unidades curriculares que integram as actividades académicas presenciais do Curso de Mestrado;
- b) A realização das actividades de investigação científica inerentes ao Curso de Mestrado;
- c) A elaboração e a apresentação de uma dissertação ou relatório de estágio supervisionado, que deve ser objecto de defesa pública e aprovação perante um júri constituído para o efeito.

## ARTIGO 6.º

**(Perfil de saída)**

Após a conclusão do Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense, o diplomado adquire um perfil de saída em que reúne, entre outras, as seguintes competências:

- a) Identificar os diferentes cenários económicos onde pode acontecer a presunção de diferentes factos ilícitos classificados no direito penal e económico;
- b) Criar soluções com flexibilidade e adaptabilidade para planificar a prevenção de erros e irregularidades como estratégia de um adequado sistema de controlo interno e contábil para prevenir o risco nas organizações;
- c) Aplicar ferramentas eficazes de detecção de erros e irregularidades suportadas nas TIC's, e os dados estatísticos através da teoria da probabilidade de ocorrência de erros contábeis ou outra informação associada a delitos económicos;
- d) Facilitar o processo de tomada de decisões focado nos resultados da auditoria forense e a tipificação dos diferentes crimes de colarinho branco e azul, permitindo o proceder da prova do delito cometido;
- e) Gerir acções de consultoria a fim de atender interesses das organizações baseadas nos resultados da auditoria forense e interpretação contábil.

## ARTIGO 7.º

**(Campo de actuação)**

O Mestre em Auditoria Jurídico-Forense deve, dentre outros campos de actuação, desenvolver a sua actividade profissional nos seguintes campos:

- a) Instituições públicas, tais como o Ministério das Finanças, Ministério da Economia, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Tribunal de Contas, Ministério do Interior, Procuradoria da República;
- b) Organizações Não-Governamentais;
- c) Instituições de Ensino Superior.

## ARTIGO 8.º

**(Vigência do curso)**

1. O Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense, ora criado, tem vigência correspondente a um ciclo de formação, nos termos da legislação em vigor no Subsistema de Ensino Superior.

2. O Plano de Estudos Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense é inalterável e de cumprimento obrigatório, durante o ciclo de formação.

## ARTIGO 9.º

**(Número de vagas)**

O Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense criado pelo presente Decreto Executivo tem um número máximo de 30 vagas.

## ARTIGO 10.º

**(Propinas e emolumentos)**

As propinas e os emolumentos para a frequência do Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense são definidos em conformidade com as regras estabelecidas na legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

## ARTIGO 11.º

**(Avaliação e acreditação do curso)**

O Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense criado pelo presente Decreto Executivo é submetido à avaliação e à acreditação periódica do serviço especializado competente do Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da lei.

## ARTIGO 12.º

**(Nova edição)**

A ministração de uma nova edição do Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense, na Universidade Privada de Angola, fica dependente da avaliação positiva do ciclo de formação anterior.

## ARTIGO 13.º

**(Organização e funcionamento do curso)**

A organização e o funcionamento do Curso de Mestrado em Auditoria Jurídico-Forense obedecem ao disposto no presente Decreto Executivo e no respectivo regulamento.

## ARTIGO 14.º

**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

## ARTIGO 15.º

**(Entrada em vigor)**

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação em *Diário da República*.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Agosto de 2024.

A Ministra, *Paula Regina Simões de Oliveira*.

ANEXO

a que refere o artigo 2.º do Decreto Executivo

PLANO CURRICULAR DO CURSO DE MESTRADO EM AUDITORIA JURÍDICO-FORENSE

1º Ano																	
1º Semestre (15 semanas)								2º Semestre (15 semanas)									
Unidade curricular	UC	HT	Aulas			TA	OT	AV	Unidade curricular	UC	HT	Aulas			TA	OT	AV
			T	TP	P							T	TP	P			
Metodologia de Investigação Científica	3	45	4	4	20	10	5	2	Auditoria Forense	6	90	20	10	20	30	6	4
Estatística aplicada às Ciências Forenses	4	60	4	4	20	10	5	2	Psicologia Forense	6	90	20	10	20	30	6	4
Direito Penal Económico e Financeiro	6	90	20	30	10	22	6	2	Análise e Interpretação da Informação Contábil Falsificada	6	90	20	10	20	30	6	4
Teoria Criminológica dos Crimes de Colarinho Branco e Colarinho Azul	9	135	20	30	40	35	8	2	Informática Forense	6	90	10	10	30	30	6	4
Controlo Interno na Prevenção de Risco nas Organizações	8	120	20	30	30	30	8	2	Relatório de Auditoria Forense	6	90	20	10	20	30	6	4
Total	30	450	68	98	120	107	32	10	Total	30	450	90	50	110	150	30	20
Total Anual de Unidades de Crédito: 60 Total Anual de Horas: 900																	
2º Ano																	
3º Semestre (15 semanas)								4º Semestre (15 semanas)									
Unidade curricular	UC	HT	Aulas			TA	OT	AV	Unidade curricular	UC	HT	Aulas			TA	OT	AV
			T	TP	P							T	TP	P			
Seminário de Investigação	10	150	5	15	6	165	30	4	Elaboração e Defesa da Dissertação	30	450	-	-	-	350	95	5
Desenvolvimento da Investigação Orientada	20	300	-	-	-	250	48	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	30	450	4	4	40	328	70	4	Total	30	450	-	-	-	350	95	5
Total Anual de Unidades de Crédito: 60 Total Anual de Horas: 900																	
Total de Unidades de Crédito: 120 Total de Horas do Curso: 1800																	
Legenda: UC – Unidade de Crédito HT – Horas Totais; T – Teórica; TP – Teórico-Prática; P – Prática; TA – Trabalho autónomo; OT – Orientação e Tutoria; AV – Avaliação.																	

A Ministra, Paula Regina Simões de Oliveira.

(24-0307-E-MIA)

**IMPrensa NACIONAL - E.P.**  
Rua Henrique de Carvalho n.º 2  
E-mail: [dr-online@impresnanacional.gov.ao](mailto:dr-online@impresnanacional.gov.ao)  
Caixa Postal n.º 1306



INFORMAÇÃO

A Imprensa Nacional é hoje uma empresa pública, mas começou por ser inicialmente criada em 13 de Setembro de 1845, pelo então regime colonial português, na antiga colónia e depois província de Angola, tendo publicado, nesse mesmo ano, o primeiro Jornal oficial de legislação, intitulado *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola*.

No dia 10 de Novembro de 1975, foi editado e distribuído o último *Boletim Oficial*, e no dia 11 de Novembro de 1975, foi publicado o primeiro *Diário da República Popular de Angola*.

Em 19 de Dezembro de 1978 foi criada a Unidade Económica Estatal, denominada Imprensa Nacional U.E.E., através do Decreto n.º 129/78 da Presidência da República, publicado no *Diário da República* n.º 298.

Mais tarde, aos 28 de Maio de 2004, a «Imprensa Nacional - U.E.E.» foi transformada em empresa pública sob a denominação de «Imprensa Nacional, E.P.» através do Decreto n.º 14/04, exarado pelo Conselho de Ministros. E, aos 22 de Dezembro de 2015, foi aprovado o Estatuto Orgânico da Imprensa Nacional, E.P. através do Decreto Presidencial n.º 221/15.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, [www.impresna-nacional.gov.ao](http://www.impresna-nacional.gov.ao) - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA	
	Ano
As três séries .....	Kz: 1 380 997,99
A 1.ª série .....	Kz: 712.192,81
A 2.ª série .....	Kz: 372.882,53
A 3.ª série .....	Kz: 295.922,65

O preço de cada linha publicada nos *Diários da República* 1.ª e 2.ª série é de Kz: 145,5 e para a 3.ª série Kz: 184,3, acrescido do respectivo imposto de selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E.P.

O acesso ao acervo digital dos *Diários da República* é feito mediante subscrição à Plataforma [Jurisnat](#).